

CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO**Aviso n.º 25723/2007****Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de operário qualificado principal — carpinteiro de limpos, do grupo de pessoal operário qualificado**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 07 de Dezembro corrente, no uso da competência que me foi delegada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado para provimento de um lugar de operário qualificado principal carpinteiro de limpos, do grupo de pessoal operário qualificado, o seguinte candidato, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro e respectivas alterações aplicadas à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91 de 17 de Outubro, cuja lista de classificação final foi publicitada no edifício dos Paços do Município, em 06 de Dezembro e notificada ao candidato na mesma data, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de Junho:

Fernando Mesquita Vieira Lourenço

Mais se torna público que o candidato deverá aceitar a nomeação, no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2007. — O Vereador com delegação de competências, *Francisco Casimiro*.

2611071561

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL**Aviso n.º 25724/2007**

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à data da publicação do presente aviso na 3.ª Série do *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de encarregado de mercado, do grupo de pessoal auxiliar (Ref.ª IGI 1/2007).

2 — O presente concurso é válido apenas para o provimento da vaga posta a concurso.

3 — O local de trabalho — área do Município do Funchal.

4 — Remuneração base correspondente ao 1.º escalão, índice 235 (797,27 €) ou correspondente ao escalão e índice calculados nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

6 — Métodos de selecção — prova teórica escrita de avaliação de conhecimentos, com carácter eliminatório, e entrevista profissional de selecção. A classificação final será a que resultar da média aritmética simples dos resultados obtidos nos dois métodos de selecção referidos, valorados segundo uma escala de 0 a 20 valores.

6.1 — Programa da prova teórica escrita de conhecimentos, que terá a duração máxima de 90 minutos: Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro); Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pela lei 6/96, de 31 de Janeiro); regime de ocupação e exploração de lugares e estabelecimentos nos mercados municipais (Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto); regime de férias, faltas e licenças (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio); estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro); Regulamento dos Mercados Municipais do Funchal (Edital n.º 96/2006).

6.2 — A entrevista profissional de selecção destina-se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o exercício do cargo. Na entrevista serão ponderados os seguintes factores: qualificação profissional; motivação e interesse; atitudes profissionais; relacionamento humano; capacidades de comunicação e de expressão.

6.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam

das actas de reuniões do júri do concurso respectivo, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7 — A este concurso poderão ser admitidos os candidatos que reúnam cumulativamente, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

a) Requisitos gerais — Os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Requisitos especiais — Encontrar-se provido na categoria de fiel de mercados e feiras, posicionado no 4.º escalão ou superior e possuir três anos com classificação de serviço não inferior a Bom.

8 — Formalização das candidaturas — mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, entregue, conjuntamente com os documentos que as devam instruir, no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, Largo do Município, 9004-512 FUNCHAL, pessoalmente, ou através de carta registada com aviso de recepção dentro do prazo de abertura do concurso.

9 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos: Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, número, data e arquivo de identificação do bilhete de identidade); residência; estado civil; referência ao concurso e data da publicação do aviso; situação profissional, com indicação da categoria, escalão, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria.

10 — Outros documentos que deverão instruir o processo de candidatura:

a) Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais e especiais de admissão a concurso, referidos no n.º 6 do presente aviso.

b) Certificado de habilitações literárias.

11 — É dispensável a apresentação dos documentos indicados na alínea a) do n.º 10, desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos de admissão.

Os funcionários pertencentes a esta Câmara estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual e desse facto façam menção no requerimento.

12 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e as listas classificativas serão afixadas no Departamento de Recursos Humanos.

13 — Composição do Júri:

Presidente: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Vereadora.

Vogais efectivos: Susana Maria Rebelo Andrade de Freitas Figueiredo, chefe de divisão, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; Valdemar Marcos Ferreira Faustino, Técnico superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes: Micaela Cristina Fonseca Freitas Nunes, técnica superior de 1.ª classe; Moisés Ascensão Marques, chefe de divisão.

14 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo sido efectuada consulta à bolsa de emprego público, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, tendo a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido (Ofício n.º 8297, de 23 de Outubro de 2007).

10 de Dezembro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611071626

Aviso n.º 25725/2007

Por meu despacho, datado de 11 de Dezembro, autorizei a contratação de Mónica Alexandra Gonçalves Nunes, como estagiária da carreira de engenheiro do ambiente, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de aprovação no respectivo concurso externo de ingresso, aberto por aviso publicado na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 115, de 18 de Junho de 2007.

A contratada deverá iniciar funções no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação deste aviso.

11 de Dezembro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611071630

Aviso n.º 25726/2007

Torna-se público que por meu despacho, datado de 6 de Dezembro, Arnaldo Arsénio Saldanha Xavier, leitor cobrador de consumos, 6.º escalão, índice 222, foi nomeado, definitivamente, para a categoria de fiscal de leituras e cobranças, 1.º escalão, índice 244, ao abrigo do regime de

reclassificação profissional previsto na alínea e) do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

11 de Dezembro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611071616

Aviso n.º 25727/2007

Torna-se público que por meu despacho, datado de 6 de Dezembro, Marinela Pires Barradas de Freitas Resende Alves, auxiliar administrativa, 2.º escalão, índice 137, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para a categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto na alínea d) do artigo 2.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

11 de Dezembro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611071621

Aviso n.º 25728/2007

Torna-se público que por meus despachos, datados de 6 de Dezembro, Maria da Graça Teixeira Ramos Barros e Marília de Oliveira Antunes dos

Santos, professoras, posicionadas no 10.º escalão, índice 340, da carreira docente, foram nomeadas, definitivamente, para a carreira de técnico superior, categoria de técnico superior assessor principal, 4.º escalão, índice 900, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto na alínea e) do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro.

11 de Dezembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611071615

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS

Aviso n.º 25729/2007

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do Presidente desta Câmara Municipal, datado de 05.12.2007, foi determinada a reclassificação profissional, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com o preceituado no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, ao funcionário:

Nome	Actual		Após reclassificação	
	Categoria/carreira	Índice	Categoria/carreira	Índice
César António Ramos Ribeiro	Engenheiro técnico civil especialista principal.	590	Técnico superior engenheiro civil principal.	590

O funcionário reclassificado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

6 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Girão Vitorino*.

2611071938

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 25730/2007

Reclassificações em comissão de serviço extraordinária

Por despacho de 23 de Novembro de 2007, do Vereador de Recursos Humanos (Subdelegação de 20 de Agosto de 2007, Publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23 de Agosto de 2007)

Maria Elisabete Andrade, Técnica Profissional (Ambiente) Principal, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para efeitos de reclassificação nos termos do n.º 1, do artigo 5º do decreto-lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, como Técnica Superior de 2ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste Município.

Por despacho de 05 de Dezembro de 2007, do Vereador de Recursos Humanos (Subdelegação de 20 de Agosto de 2007, Publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23 de Agosto de 2007)

Francisco José Duarte Albino, Cantoneiro de Limpeza, nomeado, em comissão de serviço extraordinária, para efeitos de reclassificação nos termos do n.º 1, do artigo 5º do decreto-lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, como Auxiliar de Serviços Gerais, do grupo de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal deste Município.

Por despacho de 07 de Dezembro de 2007, do Vereador de Recursos Humanos (Subdelegação de 20 de Agosto de 2007, Publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23 de Agosto de 2007)

Ana Cristina Gonçalves Arada Dias, Coveira, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para efeitos de reclassificação nos termos do n.º 1, do artigo 5º do decreto-lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, como Assistente Administrativa, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal deste Município.

Ana Cristina Moura Cepeda, Cantoneira de Limpeza, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para efeitos de reclassificação nos termos do n.º 1, do artigo 5º do decreto-lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, como Assistente Administrativa, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal deste Município.

12 de Dezembro de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.

2611071908

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 25731/2007

Para os devidos efeitos, se torna público que, por despacho do Presidente desta Câmara Municipal, de 30 de Novembro de 2007, e na sequência da dispensa de frequência de estágio para ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, deliberada em reunião de júri do estágio, foi nomeado definitivamente, a partir de 23/11/2007 (data de homologação da acta) Paulo Alexandre Caetano Correia Pina, para o lugar vago na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de médico veterinário do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Loulé, respeitante ao concurso externo de admissão a estágio de ingresso na carreira técnica superior (Médico Veterinário) do grupo de pessoal técnico superior, para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 2.ª classe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 19 de Dezembro de 2006.

O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas).

7 de Dezembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

2611071573

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso n.º 25732/2007

José Maria Ministro dos Santos, Engenheiro, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, torna público que a Câmara Municipal de Mafra, em reunião de 07 de Dezembro de 2007, deliberou, por unanimidade, concordar e submeter à audiência dos interessados e à apreciação pública, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 118.º, do Código de Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 6/96, de 21 de Janeiro), o Projecto de Regulamento do Programa de Concurso para Aquisição de Habitações a Custos Controlados no Município de Mafra.

Os interessados podem, no prazo de 30 dias a partir da data da publicação no *Diário da República*, consultar o Projecto na Divisão Jurídica e Administrativa — Sector de Expediente, sita no piso 0 do edifício dos Paços do Município, em Mafra, durante o horário normal de funcionamento, e apresentar eventuais sugestões ou observações sobre o referido Projecto, que deverão ser formuladas por escrito até ao final do mencionado período, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.